



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO

Recortes de notícias sobre educação

EDUCAÇÃO

Duas reuniões decisivas hoje

"Governo deve anunciar pela manhã se aceita a
contraproposta. À tarde, reúne-se com o Sinte"
(DC, 6/06, Geral, p.20)

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br e clicando em IMPRENSA

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 4, 5 e 6/6/11



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 6/6/11
Assunto: Educação – Duas reuniões decisivas hoje		Página: 20

EDUCAÇÃO

Duas reuniões decisivas hoje

Governo deve anunciar pela manhã se aceita contraproposta. À tarde, reúne-se com o Sinte

A decisão do governo do Estado sobre a contraproposta apresentada na sexta-feira pelos professores da rede estadual – que completam hoje 20 dias de greve – deve ser anunciada na manhã desta segunda-feira.

O Sindicato dos Trabalhadores da Educação em SC (Sinte) pediu a manutenção da regência de classe de 25% ou 40% sobre o salário base. Após passar o fim de semana com a área técnica fazendo simulações sobre o impacto do aumento nas contas do governo, o secretário-adjunto da Educa-

Retrospectiva

- **Em 18** de maio, professores entraram em greve pedindo o pagamento do piso nacional do magistério, aprovado em 2008, e julgado procedente pelo Supremo Tribunal Federal, em abril deste ano.
- **Em 23** de maio, professores rejeitam proposta do governo, que concorda em pagar o piso, porém não respeitava a progressão de carreira do magistério,
- **No dia 2** de junho, diálogo é retomado com nova proposta do governo. Agora há a garantia do aumento para todos os professores. Mas reduz o percentual da regência de classe para 15%.
- **No dia 3** de junho, última sexta-feira, Sinte apresentou contraproposta pedindo a manutenção da regência de classe de 25% ou 40% sobre o salário.

ção, Eduardo Deschamps, irá entregar um relatório ao governador Raimundo Colombo e ao secretário Marco Tebaldi, que farão o anúncio.

– Sabemos da aflição de todos – disse Deschamps, que, até o fim da noite de ontem, não adiantou a provável decisão.

Os professores estaduais entraram em greve no último dia 18 pedin-

do o pagamento do piso nacional do magistério. O diálogo foi retomado na última semana quando o governo apresentou nova proposta, rebatida pelo Sinte. Uma nova reunião entre as partes deve acontecer hoje.

Segundo a coordenadora do Sinte, Alvet Bedin, após a reunião vão acontecer assembleias regionais na terça e um grande encontro estadual na quinta para decidir sobre a greve.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Cidade	Data: 06/06/11
Assunto: Greve se mantém em todo o Estado		Página: 07

Greve se mantém em todo o Estado

Professores. Parecer do governo sobre contraproposta do Sinte é aguardado para hoje

JOÃO MEASSI
joao@noticiasdodia.com.br
@joao_ND

FLORIANÓPOLIS – Professores entram hoje no vigésimo dia de paralisação sem sinal que vão retornar às aulas. O fim da greve depende do parecer que o governo do Estado dará à pauta de reivindicações entregue pelo comando de greve do Sinte (Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina) na sexta-feira passada. O parecer é esperado para hoje.

Pela programação definida pelo Sinte, esta semana deverá ser de negociação, tanto com o governo como discussão com os professores parados. A greve não deve acabar antes de quinta-feira. Isso porque a resposta do governo ao comando de greve será avaliada pela categoria nas assembleias regionais, marcadas para amanhã, e na quinta-feira uma assembleia estadual deve decidir os rumos do movimento.

Na contraproposta que o Sinte apresentou ao governo os professores pedem a manutenção de todas as gratificações e a incorporação dos prêmios educar, jubilar e assiduidade em percentual e de imediato. A proposta foi entre-

gue pela coordenadora do Sinte, Alvete Bedin, ao secretário-adjunto Eduardo Deschamps.

O governo do Estado enviou à Assembleia Legislativa uma Medida Provisória que fixa o piso nacional da categoria em R\$ 1.187,00. A medida não agradou a categoria, que manteve a greve e conseguiu na pressão ser recebida pelo governo. O governo reformulou a proposta, mas também não agradou. Na sexta-feira representantes do governo receberam o comando de greve e receberam a contraproposta que ficou para ser analisada.

Além do abono das faltas, as reivindicações passam ainda pela formação de um grupo de trabalho, entre governo e Sinte, a partir de junho, com prazo de 60 dias. Na proposta do governo, o vencimento inicial da carreira, com jornada de 40h, seria de R\$ 1.190,00. O maior salário, passaria para R\$ 2.385,01.

Na última quinta-feira, centenas de professores se reuniram em frente à Secretaria de Estado da Educação, na Capital, e seguiram em “marcha fúnebre” pelo centro, passando pela Catedral Metropolitana e Largo da Alfândega, na realização de um enterro simbólico. Com a greve, mais de 400 mil alunos estão sem aulas.

“
O ganho na tabela apresentada pelo governo foi muito pequeno.”

”
ALVETE BEDIN,
COORDENADORA
DO SINTE



REUNIÃO

Assembleia estadual para avaliação da proposta global deve acontecer na quinta-feira



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.Estado	Data: 06/06/11
Assunto: Governo diz hoje se aceita contraproposta		Página: 14

Greve

Governo diz hoje se aceita contraproposta

A decisão do governo do Estado sobre a contraproposta apresentada na sexta-feira pelos professores da rede estadual – que completam hoje 20 dias de greve – deve ser anunciada na manhã de hoje.

Na contrapartida do Sindicato dos Trabalhadores da Educação em SC (Sinte), foi pedida a manutenção da regência de classe de 25% ou 40% sobre o salário base. Após passar o fim de semana com a área técnica fazendo simulações sobre o impacto do aumento nas contas do governo, o secretário-adjunto da Educação, Eduardo Deschamps, entregará um relatório ao governador Raimundo Colombo e ao secretário Marco Tebaldi, que devem fazer o anúncio. Mas não adiantou a provável decisão até o fim da noite de ontem.

Os professores estaduais entraram em greve pedindo o pagamento do piso nacional do magistério. O diálogo foi retomado na última semana quando o governo apresentou nova proposta, rebatida pelo Sinte. Uma nova reunião, entre as partes deve acontecer na tarde desta segunda. Segundo a coordenadora estadual do Sinte, Alvetê Bedin, depois da reunião deverão acontecer assembleias regionais na terça e um grande encontro estadual na quinta para decidir o futuro da paralisação.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 6/6/11
Assunto: Diversos		Página: 3

O futuro da educação

O que acontecer na reunião de hoje entre os dirigentes do Sinte e os secretários Marco Tebaldi e Eduardo Deschamps poderá ser decisivo para o futuro da educação em Santa Catarina. Professores e governo estão diante de situações distintas. O governo comprometeu-se em oferecer uma resposta hoje à contraproposta do Sindicato. Ela é ampla, mas contém algumas prioridades, como a incorporação dos prêmios Educar e Jubilar e a manutenção da regência de classe. Como há uma certa flexibilidade em relação a estas duas reivindicações, o que se supõe é que o acordo está mais próximo, se o governo estiver mesmo disposto a acabar com a greve. Outra questão que o Sinte considera fundamental é a realização do concurso para o magistério. Como se trata de decisão política do governador, imagina-se que inexistem problemas para o entendimento.

Os professores enfatizam a importância desse concurso – e com toda a razão – porque o ingresso na carreira pode qualificar o ensino e evitar transtornos para as escolas. Além disso, os ACTs são tidos com os boias-frias da educação. Não têm direitos assegurados, perdem vantagens durante as férias, não saem do patamar salarial em que se encontram e, mesmo com especialização, aperfeiçoamento e pós-graduação, ficam sem perspectiva de sonhar com o plano de carreira.

O governo vem alegando que a municipalização do ensino fundamental recomendava a não realização do concurso. Para onde iriam os professores estáveis comprometidos com o ensino básico? Como há reação forte dos prefeitos contra a municipalização, e como os recursos do Fundeb estão vinculados ao número de alunos, nada impede que o governo autorize o concurso. Uma bandeira que tem legitimidade corporativa.

O JOGO

Atuando diretamente sobre o impasse da greve e respondendo pelo governo, o secretário adjunto da Educação, Eduardo Deschamps, ficou ligado com os técnicos da Secretaria da Administração. Acompanhou as duas simulações sobre os pedidos prioritários do Sinte e as repercussões financeiras. As projeções estarão concluídas esta manhã e serão submetidas ao governador Raimundo Colombo, a quem caberá bater o martelo. Deschamps declara-se um “otimista incorrigível” e diz estar trabalhando por um entendimento.

A presidente do Sinte, Alvet Bedin, também espera que hoje venham boas notícias do Centro Administrativo. A premissa é simples: se o governo faz simulações é porque considerou a contraproposta do Sinte e, portanto, examina a possibilidade de aprová-la, em parte ou no todo.

Um delicado jogo político começa a ser travado a partir de hoje. O governo teve um pesado desgaste com a greve. Ficou claro que acabou surpreendido com a força do movimento dos professores e a qualificada atuação da nova diretoria do Sinte. Os parlamentares da base aliada estão sendo pressionados em suas bases, como se registrou no fim de semana em Lages. O líder do governo, Elizeu Mattos, do PMDB, foi cobrado outra vez por contrerâneos e eleitores. Até conselhos para que deixe a liderança do governo na Assembleia ele recebeu na região serrana.

Raimundo Colombo continua enfatizando que deseja a solução e que continuará as negociações. A greve já foi longe demais. Os professores, por seu turno, também têm limites na mobilização. Nesse enfrentamento, vale mais a competência das partes em avaliar até onde este cabo de guerra pode esticar. Numa greve como esta a capacidade de resistência é muito difícil de ser medida. Curioso é que, se os professores saírem vitoriosos, todos ganham: a educação, a sociedade e até o governo.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 5/6/11
Assunto: Diversos		Página: 3

Oxigenar a educação

A educação pública catarinense vai mal. Não apenas pelos dramáticos depoimentos dos professores, em função dos baixos salários. Também pela falta de gestão pública, ausência de instalações adequadas, desmotivação dos educadores e inexistência de políticas públicas. Santa Catarina espera que a semana que começa seja marcada pelo fim das negociações entre governo e magistério, o término da greve e o retorno às aulas.

No passado, a escola era o templo do aprendizado, da disciplina, do respeito, da busca de novos conhecimentos, do aperfeiçoamento nas relações humanas, da atualização constante, instrumentada por ferramentas e tecnologias. Se isto ocorre hoje em muitas escolas particulares, deixou de existir nas escolas estaduais. Quem viaja pelo interior testemunha a distância entre o nível de ensino, o espaço físico, o capricho e o padrão pedagógico das escolas municipais, incomparavelmente melhores do que as estaduais.


A greve produziu, pela primeira vez, um debate amplo, rico e revelador sobre as condições em que professores tentam exercer dignamente sua vocação. Homens e mulheres que sonharam em alfabetizar, educar e transformar crianças e jovens em cidadãos, sofrendo na escola com a violência e a indisciplina das novas gerações e tendo em casa o infortúnio e o desespero de não poder dar o mínimo conforto à família. Lamentável é constatar que a culpa está nos governos, sim, que não executaram uma política participativa na educação, que tiraram proveito político-eleitoral da estrutura existente e que se omitiram diante de verdadeiras calamidades.

A REFORMA

A comunidade também é culpada por este desastre. Quantos pais de alunos participam de reuniões convocadas pelos diretores e professores? Quantos se dispõem ao menos a se inteirar da situação daqueles que cuidam mais tempo de seus filhos, para saberem de seus dramas? E o que dizer dos poderes constituídos? Quantas vezes as câmaras municipais realizaram eventos de repercussão pública para prestar homenagem aos melhores e mais competentes professores? Alguém se lembra, em Santa Catarina, do nome de um professor estadual exemplar, estudioso, dedicado ao ensino, que tenha recebido a Medalha Anita Garibaldi, a principal condecoração do Estado?

O partidarismo nas entidades classistas igualmente acabou afetando o nível da educação. Ações radicais improdutivas, greves irresponsáveis e manifestações às vezes ilegítimas e contrárias à população fragilizaram a força institucional do magistério. Na greve atual, a representação retorna com toda força, respaldada pela comunidade, porque o Sinte está com a lei, com ações firmes e serenas, além de competência na ação política. É um momento único que não pode ser desperdiçado. Poderá produzir novos frutos, melhorando a qualidade do ensino.

As escolas têm gravíssimos problemas de gestão. Por isso, falta quase tudo. É o reino da burocracia e do centralismo. Não têm autonomia financeira para nada. Estão subordinadas a dirigentes vinculados a interesses partidários. A partidarização da estrutura educacional catarinense é um tumor que se transformou em ruína metástase a corroer a estrutura educacional. Por que, afinal, a educação estadual tem que ser comandada por partidários e não por um técnico ou um educador, como, aliás, prometeu Raimundo Colombo durante a campanha? Por que os deputados e os dirigentes brigam tanto para indicar gerentes educacionais? Por que motivos se engalfinham para nomear até diretores de escolas? Os professores nunca estiveram tão unidos como agora. Que a unidade seja respondida com vitórias, o retorno à sala de aula e uma permanente ação para mudar este terrível cenário. A educação precisa de uma profunda reforma e de muita oxigenação.


Quer mais informações?
Acesse o blog do Moacir
Pereira em www.diario.com.br/moaclir



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 4/6/11
Assunto: Diversos		Página: 3

Novas esperanças

Secretário adjunto da Educação, professor Eduardo Deschamps, esteve reunido durante horas com técnicos da Secretaria da Administração para avaliar a contraproposta dos professores. Viajou para Blumenau, mas ficará ligado neste fim de semana para orientar as novas simulações sobre a repercussão financeira dos pedidos do Sinte. O clima amistoso tem favorecido as negociações. A abertura nas conversações é o melhor sinal de que o acordo já esteve mais longe. A coordenadora do Sinte, professora Alvet Bedin, também aguarda com expectativa favorável a resposta do governo, na próxima segunda-feira. “Estamos esperançosos”, afirmou, otimista, pelo clima construtivo inaugurado com a audiência do governador. Está pegando apenas o financeiro. Os professores querem a manutenção da gratificação de regência de classe nos atuais 25% e 40%, a incorporação dos prêmios Educar, Jubilar e assiduidade e a aplicação do piso na carreira, admitindo um parcelamento. Em São Paulo, o governador Geraldo Alckmin concedeu reajuste salarial de 42% aos professores da rede estadual, parcelado em quatro anos. A hipótese da prestação é outro trunfo do governo. Curioso observar que antigas reivindicações dos professores, que encontravam obstáculos insuperáveis em governos anteriores, foram encaradas com naturalidade por Colombo. Ele não questionou o pedido de concurso público para ingresso no magistério, pauta de todas as greves. O Sinte insiste que seja já no segundo semestre, para normalizar as atividades escolares no próximo ano letivo. A anistia das greves de 2007 e 2008 e o abono das faltas da atual paralisação também não encontram resistências oficiais, facilitando o acordo.

RESPALDO

Esta mobilização dos professores tem muitas singularidades. Está chegando ao 20º dia, causando transtornos de toda ordem para os alunos e os pais que não têm onde deixá-los, e, no entanto, o apoio da comunidade tem sido quase consensual. Outro fato que revelou o descompasso sobre as primeiras medidas do governo foi a reação da base aliada na Assembleia Legislativa. Quando o secretário Marco Tebaldi encaminhou ofício para ser apreciado na assembleia estadual do magistério fixando que o piso era equivalente à remuneração, contrariando o espírito da lei e a decisão do Supremo, os professores nem o consideraram uma proposta. A rejeição foi instantânea e unânime. Na Assembleia, a atitude do secretário foi duramente criticada até por aliados, a tal ponto que se chegou a imaginar tratar-se de fogo amigo. Na realidade, os fatos demonstraram que contestaram pela absoluta inaplicabilidade da proposição oficial. Veio a medida provisória do piso, com aplicação parcial na base da carreira, e um bombardeio de críticas da oposição, com intervenções pedindo a rejeição. Outra exceção que teve efeito dentro do Centro Administrativo: não houve um só deputado governista que, da tribuna ou em apartes, tenha criticado a greve. Os que não se declararam aliados pediram moderação e negociação com o governo. A medida foi engavetada e criou o principal fato político da greve.

◆ O documentário produzido para o seminário Governar o Governo continua repercutindo. Emociona o exemplo de obstinação e perseverança de jovens como o estudante de Medicina citado pela personagem Dada. Muitos como ele nasceram e cresceram em comunidades pobres, ficaram longe das drogas e do tráfico e fazem do estudo a grande arma para transformar a própria história. Com bolsas de estudo do Centro Cultural Escrava Anastácia, do Mont Serrat, esses jovens médicos, advogados e administradores provam que as comunidades dos morros e periferias precisam mesmo é de mais oportunidades e menos preconceito.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Reportagem Especial	Data: 5/6/11
Assunto: Aumento para professores – Afinal, tem ou não tem dinheiro?		Página: 4 e 5

AUMENTO PARA PROFESSORES Afinal, tem ou não dinheiro?

ALESSANDRA OGEDA

alessandra.ogeda@diario.com.br

Nas últimas semanas, o governo de SC disse repetidas vezes que não tinha dinheiro para bancar o aumento salarial pedido pelos professores em greve. Novos cálculos foram feitos por técnicos da Educação e apresentados à Fazenda, e outra proposta salarial surgiu na quinta-feira. Mas, como foi possível, para o governo, aumentar os gastos máximos mensais de R\$ 14 milhões para os atuais R\$ 19 milhões? A verdade é que há dinheiro em caixa. A margem de gasto com a folha de pagamento do governo poderia aumentar em até R\$ 548 milhões – e sem chegar ao limite

máximo. A margem de manobra permitiu que o governo melhorasse a proposta, mas também acendeu a luz de alerta. O governador Raimundo Colombo se apressou em sugerir a criação de grupos de trabalho para avaliar demandas de outras categorias. O cenário foi confirmado, pela primeira vez desde o início da greve, pelo secretário-adjunto da Educação, Eduardo Deschamps. Nestas páginas, saiba mais sobre as contas do Estado, a aplicação dos recursos para a educação e os problemas que precisam ser resolvidos.

Folga na folha

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) limita os gastos do governo federal, estados e municípios com a folha de pagamento. O Executivo, responsável pelos salários do magistério, pode comprometer até 49% da receita líquida com a folha.

Para chegar ao limite máximo, o governo de SC teria que gastar pouco mais de R\$ 853 milhões este ano. Mas nenhum governo gosta de chegar tão longe. O limite prudencial, de 46,55%, já prevê restrições para quem chegou a este ponto, como a impossibilidade da criação de cargos ou funções que possa significar aumento de despesas.

Nas últimas duas semanas, técnicos da Educação fizeram simulações para tentar melhorar os reajustes previstos na tabela da medida provisória (MP) encaminhada à Assembleia Legislativa (AL). Só foi possível apresentar um novo quadro com valores de salário-base porque existe uma folga no orçamento antes de atingir os limites da LRF.

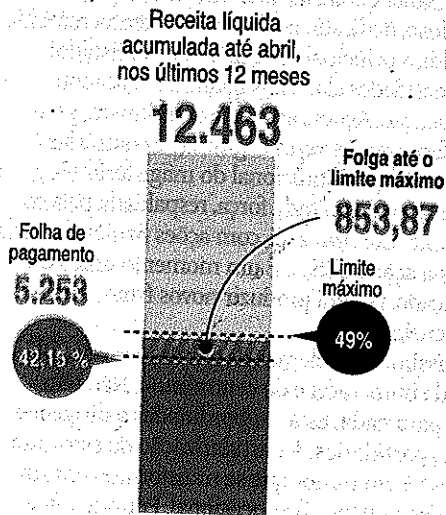


CLIPPING

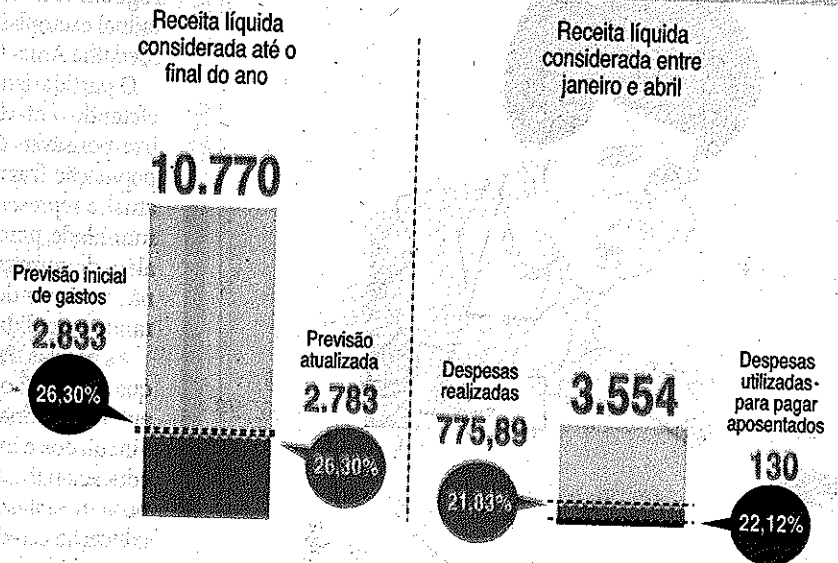
Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Reportagem Especial	Data: 5/6/11
Assunto: Aumento para professores – Afinal, tem ou não tem dinheiro?		Página: 4 e 5

CONTAS DO GOVERNO

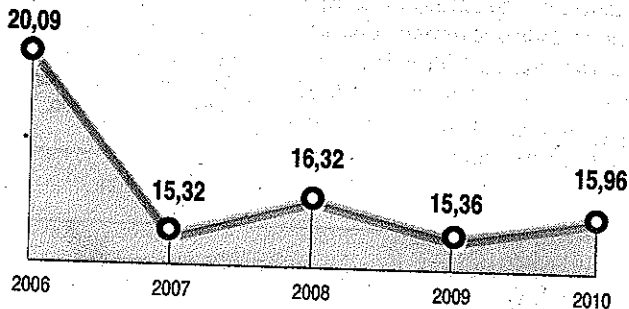
Folga na folha de pagamento do Executivo (R\$ milhões)



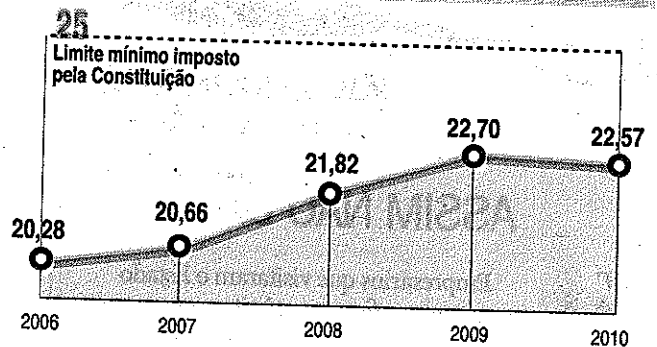
Recursos para a educação (R\$ milhões)



Quanto o governo investiu em educação nos últimos anos em relação aos gastos totais do Estado (%)



Quanto da receita líquida foi aplicado efetivamente em educação, sem contar o pagamento de aposentados (%)



Cronologia do impasse

O início

Em julho de 2008, é aprovada a lei que estipula piso nacional do magistério para o ensino básico. O professor de nível médio, com 40 horas semanais, tem um valor mínimo de remuneração.

Valores

O piso nacional era de R\$ 950. O valor foi reajustado em 2010 para R\$ 1.024. Em 2011, foi atualizado para R\$ 1.187. Em 2012, haverá um novo reajuste, de 22%, e o valor passará para R\$ 1.450.

Começa a briga

Santa Catarina e mais quatro estados – Ceará, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul – entraram, em julho de 2008, com uma ação questionando a constitucionalidade da lei.

Vitória do Estado

Os estados conseguem uma liminar no STF para não pagar o piso nacional. Pela decisão temporária, piso poderia ser toda a remuneração e não apenas o salário-base.

STF dá a palavra final

Em 6 de abril deste ano, o STF julga o mérito, derruba a ação e entende que piso é vencimento inicial. Desde então, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação pede o cumprimento da lei.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Reportagem Especial	Data: 5/6/11
Assunto: Aumento para professores – Afinal, tem ou não tem dinheiro?		Página: 4 e 5

A primeira proposta

Em 9 de maio, o governo apresenta uma proposta. Decide pagar o piso para quem ainda não ganhava R\$ 1.187, mesmo quando ao salário-base eram somados os abonos. Isso reajustaria o salário de cerca de 8,8 mil docentes.

Começa a greve

Em 11 de maio, sem considerar aquilo que era uma proposta, professores decidiram por greve, em assembleia estadual. Uma semana depois, as atividades são paralisadas nas escolas.

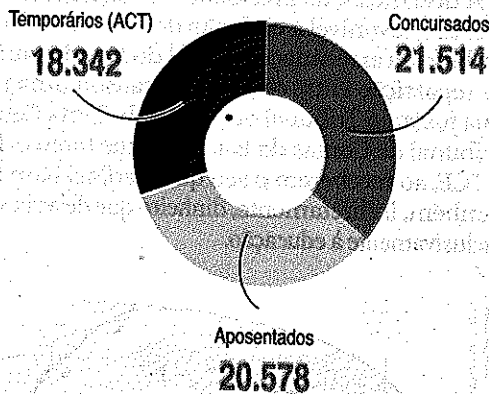
Professores rejeitam MP

Em 23 de maio, governo edita medida provisória para pagar R\$ 1.187 a quem ainda não recebia isso no salário-base. Mantém o pagamento da regência de classe e do Prêmio Educar. Professores consideram que houve achatamento salarial e desrespeito à progressão na carreira e rejeitam.

Governo apresenta nova proposta

Na quinta-feira, o governo apresenta outra proposta, com reajuste para os 66 mil professores da rede. O menor salário-base passa a ser R\$ 1.190. O governo extingue o Prêmio Educar, diminui a regência de classe para 15% e dá o aumento a todos os níveis, mas não como o Sinte reivindica.

Quantos professores SC tem atualmente na folha de pagamento do Executivo



Mas o salário-base não representa todos os gastos

O que o sindicato dos professores pediu para mudar na proposta

► **Regência de classe**

Que continue em 25% ou 40% do valor do salário-base.

► **Prêmio Educar**

Que o impacto dos R\$ 200 seja calculado para cada ponto da tabela vigente e que este índice seja repassado para a nova tabela. Por exemplo: para os professores de magistério que recebem menos, o Prêmio Educar representa 32,8% da remuneração final. Este valor deve continuar sendo aplicado.

De que forma o governo chega ao cálculo do quanto pode ou deve gastar com:



A Lei de Responsabilidade Fiscal

Os estados podem comprometer até 60% da receita corrente líquida (RCL) com o pagamento dos salários dos funcionários públicos. A RCL é calculada pela soma dos recursos de impostos e de receitas obtidas com contribuições (previdenciárias, por exemplo) e transferências do governo federal, descontado o repasse obrigatório para os municípios. O Executivo pode gastar com a folha de pagamento dos funcionários públicos 49% de todos os recursos previstos para o ano.



Aplicação de 25% como mínimo para a educação

o cálculo para chegar ao valor de referência, do qual devem ser descontados 25% para a manutenção e desenvolvimento da educação (MDE), é feito pela soma da receita de impostos estaduais e dos repasses específicos para a educação feitos pelo governo federal menos os repasses obrigatórios feitos para os municípios.

* Sem contar os gastos adicionais com regência de classe, triênio e Vale Educação

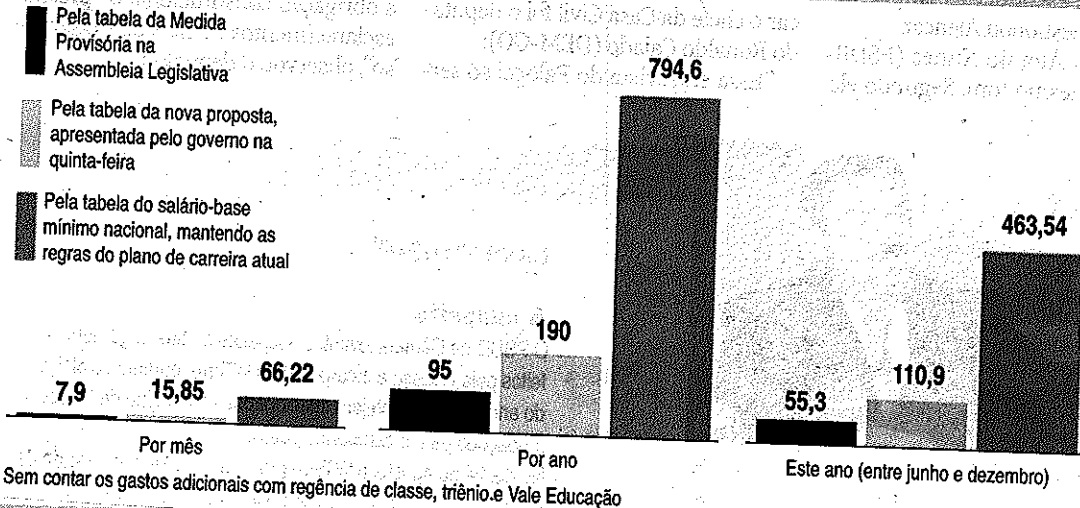
Fontes: Secretarias de Estado da Fazenda e da Educação, Sinte-SC, Tribunal de Contas do Estado, economista Robson Gonçalves, da Fundação Getúlio Vargas.



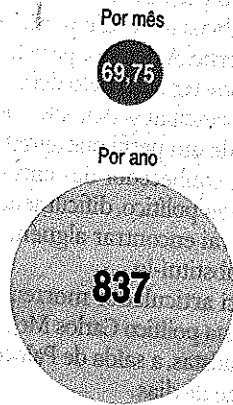
CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Reportagem Especial	Data: 5/6/11
Assunto: Aumento para professores – Afinal, tem ou não tem dinheiro?		Página: 4 e 5

Quanto o governo gastaria a mais com o salário-base de concursados, temporários e aposentados (R\$ milhões)*



Quanto o governo gasta hoje apenas com o salário-base de concursados, temporários e aposentados (R\$ milhões)*



O que a nova proposta do governo sugere

- ▶ **Regência de classe**
15% do valor do salário-base para todos os níveis da tabela
- ▶ **Triênio e Vale Alimentação**
Sem modificação
- ▶ **Prêmio Educar, Jubilar e por assiduidade**
Extintos
- ▶ **Redução em 50% dos adicionais pagos pelas horas excedentes**

O que os professores recebem atualmente

- ▶ **Regência de classe**
25% ou 40% do valor do salário-base
- ▶ **Triênio**
Que varia muito, mas, segundo o Sinte, estaria na média de 9%
- ▶ **Prêmio Educar**
R\$ 200 fixos
- ▶ **Vale Alimentação**
R\$ 132

O quanto estes adicionais significam, atualizados em 2010, em termos de porcentagem final dos professores de (% sobre o salário-base)

Magistério (ensino médio)	entre 99 e 100
Licenciatura curta (formação que não é mais ofertada)	entre 72 e 79
Licenciatura plena (curso superior na área e na disciplina de atuação)	entre 64 e 70
Especialização (em Educação ou na área de atuação)	62
Mestrado (em Educação ou na área de atuação)	60
Doutorado (em Educação ou na área de atuação)	58



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Reportagem especial	Data: 5/6/11
Assunto: Afinal, tem ou não tem dinheiro?		Página: 4 e 5

Limite ampliado

O desafio das simulações, segundo Deschamps, era aplicar o piso de R\$ 1.187 para os professores que ganham menos – R\$ 609,46. Os técnicos também deveriam conseguir dar ganho real às 84 variações de vencimento da categoria, sem diminuir a remuneração e respeitando o limite imposto pela Fazenda. A possibilidade inicial era de ampliar em R\$ 14 milhões os gastos mensais com o magistério.

Já avançamos e estamos chegando a um patamar de R\$ 17 milhões ou R\$ 19 milhões por mês, em uma folha que era de R\$ 146 milhões (mensais) – revelou Deschamps.

A necessidade de ampliar o limite surgiu com a resistência do magistério à tabela da MP que igualava o salário de 31 mil professores em R\$ 1.187. Os outros 28,9 mil, na ativa ou aposentados, não receberiam reajuste.

Com o sinal verde da Fazenda para ampliar o limite de gastos, o governo propôs uma nova tabela, pela qual os professores que recebem R\$ 609,46 passariam para R\$ 1.190.

Algumas perdas

A tabela salarial dos professores, conquista de uma greve feita há 25 anos, prevê 12 níveis e sete outras classificações para cada um deles. Cada graduação contempla um nível diferente de formação, cursos de aperfeiçoamento e tempo de carreira.

A nova proposta do Estado ignora o índice de 2,75% de aumento no salário-base vigente entre 21 graduações de um mesmo nível de formação. Iguala, por exemplo, o ganho inicial de 1.678 professores ativos e aposentados que hoje recebem entre R\$ 609,46 e R\$ 717,19.

Faz parte da proposta a redução dos valores pagos para a regência de classe e a extinção de bonificações, como os prêmios Educar, Jubilar e por assiduidade. Apenas o Educar pode significar uma diminuição de R\$ 200 para cada professor. Por isso, quem ganha menos também passaria a ter uma remuneração menor com a nova proposta do que com a MP.

– Precisávamos fazer uma redistribuição, e quando se avança nos níveis mais altos, é preciso buscar os recursos para contemplar isso. A nova proposta distribui recursos para todo mundo, não apenas para um grupo.

Outros servidores

A fatia da Educação tem limite, segundo Deschamps, porque a Fazenda está analisando os recursos disponíveis, as perspectivas de arrecadação para este ano e o impacto que reajustes de outras categorias de servidores pode ter para as contas.

– O governo tem um olhar mais global, em relação a todas as categorias. Por isso o governador propôs a criação de grupos de trabalho, como foi feito com a Educação, para avançar mais em relação aos valores para a segurança pública, a saúde e as demais categorias.

Nunca os 25%

Entre janeiro e abril deste ano, SC não apenas gastou menos que os 25% obrigatórios com Educação – índice que deve ser alcançado até o fim do ano –, como também gastou parte dos recursos pagando aposentados.

Segundo dados da Fazenda, dos R\$ 775,9 milhões gastos com a Educação no período, R\$ 130 milhões foram usados para o pagamento de servidores inativos.

– Ao fazer isso, o governo está descumprindo um mandamento constitucional – pondera o diretor de controle da administração estadual do TCE, Nevelis Scheffer Simão.

Desvio de finalidade

Em 2002, o Ministério Público de SC entrou com uma ação civil pública contra o Estado para proibir que recursos do Fundef (substituído pelo Fundeb em 2007) fossem utilizados para pagar aposentados e que as verbas do fundo ficassem em uma conta específica, impedindo que os recursos fossem para outros fins que não a educação.

O governo perdeu na primeira instância, em 2004, e recorreu. Dois anos depois, saiu a decisão final, confirmando a de 2004.

Sem a conta específica, segundo Deschamps, os recursos do Fundeb entram na base de cálculo da receita líquida. Ou seja, a verba que deveria ser específica da Educação entra na vala comum de onde saem os recur-



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Reportagem especial	Data: 5/6/11
Assunto: Afinal, tem ou não tem dinheiro?		Página: 4 e 5

...sos que pagam as contas de toda a administração – incluindo o Legislativo e Judiciário.

Informado de que o governo continua adicionando parte do pagamento de aposentados na conta da Educação, o Ministério Público disse que irá averiguar a situação e, após esta análise, indicará as medidas necessárias.

Outros nós para resolver

No relatório sobre as contas 2010, o conselheiro do TCE Salomão Ribas Júnior questionou a não aplicação dos recursos do salário-educação no ano passado. Do total arrecadado, R\$ 119,17 milhões, R\$ 11,45 milhões não foram gastos. Sem contar o saldo não aplicado de R\$ 15,48 milhões de anos anteriores.

– Diante da situação em que se encontra o sistema educacional no Estado, que sofre com a retirada de recursos financeiros pelo sistema Seitec e Fundosocial, o acúmulo destes superávits se torna incompreensível – escreveu.

Ribas questiona os mecanismos de controle do Sistema Estadual de Incentivo ao Turismo, Esporte e Cultura (Seitec) e a vinculação de receitas de impostos ao Fundosocial, que tirariam verbas da Educação – R\$ 455,21 milhões nos últimos cinco anos, segundo o TCE.

Para Deschamps, SC só vai resolver os nós do ensino se reestruturar a secretaria da Educação, otimizando recursos, agilizando processos e descentralizando parte dos recursos para serem aplicados mais rapidamente nas escolas.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Cidade	Data: 04 e 05/06/11
Assunto: Governo analisa pedido do Sinte		Página: 07

Governo analisa pedido do Sinte

Magistério. Secretário-adjunto diz que nova proposta será apresentada na segunda-feira

MARCELO TOLENTINO

tolentino@noticiasdodia.com.br

[@tolentino_ND](https://twitter.com/tolentino_ND)

FLORIANÓPOLIS — A proposta do governo não agradou os professores, que continuam de braços cruzados. Nessa sexta-feira, a categoria entregou a contraproposta ao secretário-adjunto da Educação, Eduardo Deschamps, que sugere a aplicação plena do piso na carreira, mas parcelado e no prazo de abril até novembro.

Deschamps voltou a falar das limitações financeiras e legais para atender a reivindicação. O governo prometeu fazer novos estudos

e volta a se reunir com o Sinte (Sindicato dos Trabalhadores da Educação) na segunda-feira. O sindicato marcou assembleia na quinta-feira para avaliar a contraproposta do governo. “O ganho na tabela apresentada pelo governo foi muito pouco”, ressaltou a coordenadora do Sinte, Alvetê Bedin.

A categoria pede a manutenção de todas as gratificações e a incorporação dos prêmios educar, jubilar e assiduidade em percentual e de imediato. Os benefícios haviam sido extintos na proposta do governo. No documento, os professores reforçam a manutenção da gratificação por regência de

classe nos atuais índices de 25% e 40%. O governo propõe 15%.

Além do abono das faltas, as reivindicações passam ainda pela formação de um grupo de trabalho, entre governo e Sinte, a partir de junho, com prazo de 60 dias. O Centro Administrativo havia proposto 180 dias. Na proposta do governo, o vencimento inicial da carreira, com jornada de 40h, seria de R\$ 1.190. O maior salário, passaria para R\$ 2.385,01.

Mais reivindicações. A categoria pede ainda a realização do concurso de ingresso no segundo semestre de 2011 para suprir as vagas excedentes



Negociação. Alvetê Bedin, do Sinte, entrega proposta da categoria ao secretário-adjunto Eduardo Deschamps



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.Estado	Data: 04/06/11
Assunto: Professores apresentam contraproposta		Página: 14

Greve Professores apresentam contraposta

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte) encaminhou, ontem, uma contraproposta ao governo, pedindo a permanência da regência de classe de 25% ou 40% sobre o salário-base. Na alternativa, apresentada na última quinta-feira, aos professores, o governo reduziu essa gratificação a 15%. Eles também querem que o Prêmio Educar de R\$ 200 seja incorporado em forma percentual correspondente para cada nível.

O secretário-adjunto da Educação, Eduardo Deschamps, que recebeu a contraproposta dos professores, disse que na segunda-feira o governo deve dar uma resposta. Afirmou ainda que o pedido seria estudado no fim de semana.



CLIPPING

Veículo: Jornal de Santa Catarina	Editoria: Geral	Data: 4 e 5/6/11
Assunto: A nova contraproposta		Página: online

A nova contraproposta

Governo do Estado se comprometeu a dar parecer sobre pedido segunda-feira

FLORIANÓPOLIS - O Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte) encaminhou sexta-feira uma contraproposta ao governo do Estado, pedindo a permanência da regência de classe de 25% ou 40% sobre o salário-base. Na alternativa, apresentada quinta-feira aos professores, o governo reduziu essa gratificação a 15%.

O diretor estadual do Sinte, Luiz Carlos Vieira, explicou que a regência de classe é uma conquista da categoria, e que eles não poderiam abrir mão dela. Além disso, eles querem que o Prêmio Educar, no valor de R\$ 200, seja incorporado em forma percentual correspondente para cada nível. Por exemplo, para um professor de nível médio que ganha R\$ 609 de salário-base, o abono representa 32,8% e essa porcentagem deve ser repassada ao salário.

O Sinte também pede anistia das faltas da greve de 2008 e de outras mobilizações a partir de 2007. O abono das ausências da paralisação atual, que chega hoje ao 18º dia, é outra reivindicação.

Sobre o grupo de trabalho, proposto pelo governo, para que o plano de carreira e outras questões sejam analisadas, o sindicato pede para que a discussão ocorra num prazo de 60 dias – a partir de segunda quinzena de junho – e não em 180 dias. Na pauta a ser debatida, o Sinte propõe que o aumento de 94% dado ao salário do professor de nível médio seja repassado em parcelas para toda a tabela, até novembro deste ano, como eles reivindicam desde maio.

Outro ponto levantado para ser debatido pelo grupo é o vale alimentação. Os professores pedem que o vale passe dos atuais R\$ 132 para R\$ 300.

Eles também tocaram na questão da hora-atividade, que representa o período que o professor tem para preparar aulas e corrigir provas e trabalhos. Hoje, SC reserva 20% da jornada de trabalho de 40 horas para isso, enquanto a legislação determina 33%. Quinta-feira, o governador Raimundo Colombo adiantou que, como a votação do Supremo Tribunal Federal sobre o tempo para atividade extraclasse ficou empatada, o Estado não é obrigado a cumprir. O secretário-adjunto da Educação, Eduardo Deschamps, que recebeu a contraproposta, disse que segunda-feira o governo deve dar uma resposta.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Paulo Alceu	Data: 05 e 06/06/11
Assunto: Calculadora em ação		Página: 02

Calculadora em ação

Vai ser um fim de semana de muitas contas para chegar de repente numa equação que o governo suporte e os professores sintam-se atendidos. Embora o comando de greve afirme que cedeu, dando fôlego ao governo para que efetue o pagamento integral do piso até novembro, há controvérsias quanto a esse prazo dilatado, até porque a categoria exige a manutenção das gratificações, entre elas os prêmios Educar e de Assiduidade, além do plano em vigência. A greve, pelo menos, até quinta-feira será mantida. É quando acontecerá a assembleia estadual. Algumas regionais já se manifestaram contrárias a proposta do governo, pois consideram que há achatamento prejudicando uma significativa parcela do magistério. Pelo menos há um ritmo de negociação, buscando equilibrar os interesses onde a retirada do Fundeb do caixa único acabaria com a tensão financeira. O que dá para dizer é que a proposta do governo



avançou um pouco, mas muito menos do que o esperado. Agora com a contraproposta cabe ao governo avançar um pouquinho mais e a categoria ceder um pouquinho, até porque está em questão o bom-senso. O que está na mesa certamente não irá muito além do que já foi proposto.

CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Paulo Alceu	Data: 06/06/11
Assunto: Educação		Página: 02

EDUCAÇÃO

Quanto ao Fundeb, que caiu na vala comum pagando as contas de toda a administração, inclusive os repasses para o Judiciário e Legislativo, não se pode esquecer que o Ministério Público de SC, em 2002, entrou com uma ação exigindo que o Fundo ficasse numa conta específica para atender a

educação. Perdeu em 2004. Agora voltará a avaliar essa questão em confronto com a Justiça. Com o Fundeb fora da conta única, os problemas estariam solucionados, pelo menos recursos disponíveis o governo teria para honrar uma categoria que está exigindo apenas seus direitos. Nesta segunda-feira tem mais uma rodada decisiva entre professores e governo.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: Cláudio Prisco	Data: 06/06/11
Assunto: Expectativa de entendimento		Página: 20

EXPECTATIVA DE ENTENDIMENTO

O comando de greve do magistério apresentou ontem uma contraproposta ao governo, pedindo a manutenção de todas as gratificações constantes na carreira, incorporação dos prêmios Educar e Jubilar, além do

abono das faltas, mediante a reposição das aulas.

Um grupo de trabalho seria formado na segunda quinzena de junho para, em 60 dias, buscar um cronograma, objetivando chegar ao valor do piso nacional, de forma gradativa, de abril até

novembro de 2011.

Pelos pontos elencados pelo Sinte, tudo leva a crer que o acordo é iminente, podendo levar os professores às salas de aulas na própria segunda-feira, se o Centro Administrativo se manifestar conclusivamente ainda no fim de semana.

CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: Cláudio Prisco	Data: 06/06/11
Assunto: Comunicação		Página: 20

Comunicação

A Secretaria do Planejamento promoveu ontem webconferência do governador e do secretário da Educação com professores, diretores de escolas, gerentes das 36 SDRs e técnicos educacionais, dentro dos entendimentos mantidos na quinta-feira com o comando de greve.

Essa nova prática será implementada com frequência pelo governo. Segundo o secretário Filipe Mello (Planejamento), foram estabelecidos 250 pontos de conexão, o que significa em torno de dois mil espectadores da conferência via internet.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Informe Político	Data: 6/6/11
Assunto: Adendo		Página: 8

ADENDO

◆ Depois das diversas simulações feitas durante o final de semana por técnicos do governo, das quais os números serão conhecidos hoje, a sociedade e os professores estaduais em greve aguardam o que dirão o secretário Marco Tebaldi e o secretário adjunto, Eduardo Deschamps, aos representantes do Sinte.

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Cacau Menezes	Data: 4/6/11
Assunto: O povo fala		Página: 35

O povo fala

Indignação geral no *Blog do Cacau*. O povo parece não estar acreditando que aproximadamente R\$ 300 milhões, vindos do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), estão entrando no bolo de onde são tiradas as fatias para a Assembleia Legislativa e para o Poder Judiciário. Gente ganhando R\$ 22 mil por mês no Legislativo e professor recebendo R\$ 900 na sala de aula. Não há outro caminho: greve! Justa, honesta, necessária e decente.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Diário do Leitor	Data: 6/6/11
Assunto: Magistério		Página: 28

Magistério

Quero expressar meu apoio e solidariedade a todos os professores catarinenses. Solicito aos deputados, junto ao governador, que olhem com carinho dando o que é de direito a esta classe tão sofrida, formadora de opinião, personalidade e que hoje luta por aquilo que é de seu direito.

Ronaldo Gomes Ferraz
Por e-mail

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Diário do Leitor	Data: 5/6/11
Assunto: Piso salarial		Página: 32

Piso salarial

Sou uma mãe indignada com essa falta de aula que está acontecendo com as escolas estaduais. Os professores não são culpados por todo esse transtorno, pois o governador de Santa Catarina está provocando. A proposta do novo piso salarial é um absurdo. Gostaria de saber se o Raimundo Colombo passaria um mês com o salário de um professor. Verba existe para pagar um salário justo para eles, se não fosse desviado muito dinheiro para outras funções. Governador, você também um dia esteve em uma sala de aula, reconheça os direitos dos mestres.

Luciana da Silva
Por e-mail





CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 4/6/11
Assunto: Greve do magistério – Sinte apresenta contraposta		Página: 20

GREVE DO MAGISTÉRIO

Sinte apresenta contraposta

Professores pedem que governo mantenha regência de classe e incorpore o Prêmio Educar como percentagem do salário

JÚLIA ANTUNES LORENÇO

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação de SC (Sinte) encaminhou, ontem, uma contraposta ao governo do Estado pedindo a permanência da regência de classe de 25% ou 40% sobre o salário-base. Na proposta apresentada na última quinta-feira aos representantes do sindicato, o governo reduziu essa gratificação a 15%.

O diretor estadual do Sinte, Luiz Carlos Vieira, explicou que a regência de classe é uma conquista da categoria e que eles não poderiam abrir mão dela. Além disso, eles querem que o Prêmio Educar, de R\$ 200, seja incorporado em forma percentual correspondente para cada nível. Por exemplo, para um professor de nível médio, que ganha R\$ 609 de salário-base, o abono representa 32,8%, e essa percentagem deveria ser repassada ao salário.

O Sinte também pede anistia das faltas da greve de 2008 e de outras

mobilizações a partir de 2007. O abono das ausências da paralisação atual, que chega hoje ao 18º dia, é outra reivindicação.

Sobre o grupo de trabalho proposto pelo governo para que o plano de carreira e outras questões sejam

analisadas, o sindicato pede para que a discussão ocorra num prazo de 60 dias – a partir de segunda quinzena de junho – e não em 180 dias. Na pauta a ser debatida, o Sinte propõe que o aumento de 94% dado ao salário do professor de nível médio seja

repassado em parcelas para toda a tabela, até novembro deste ano, como eles reivindicam desde maio.

Outro ponto levantado para ser debatido pelo grupo é o vale-alimentação. Os professores pedem que o vale passe dos atuais R\$ 132

para R\$ 300, valor dado aos professores da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc).

Eles também tocaram na questão da hora-atividade, abordada pela lei do piso nacional do magistério. Ela representa o período que o professor tem para preparar aulas e corrigir provas e trabalhos. Hoje, SC reserva 20% da jornada de trabalho de 40 horas para isso, enquanto a legislação determina 33%. Na quinta-feira, o governador Raimundo Colombo já adiantou que, como a votação do Supremo Tribunal Federal, em abril, sobre o tempo para atividade extraclasse ficou empatada, o Estado não é obrigado a cumprir. Uma nova votação deverá ser feita para definir o item.

O secretário-adjunto da Educação, Eduardo Deschamps, que recebeu a contraposta dos professores, disse que o governo deve dar uma resposta na segunda-feira. Ela já estava sendo analisada por ele e por técnicos e seria estudada durante todo o final de semana.

Imprensa do Diário Catarinense
julia.antunes@diario.com.br



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Roberto Azevedo	Data: 4/6/11
Assunto: Números e mais números		Página: 8

Números e mais números

Técnicos das secretarias da Fazenda, Educação e Administração passarão o final de semana debruçados sobre a contraproposta do Sinte, que pede a manutenção da gratificação de regência de classe nos atuais 25% e 40%, a incorporação dos prêmios Educar, Jubilar e assiduidade e a aplicação do piso na carreira.

Mesmo com a possibilidade, admitida pelos representantes dos professores em greve, de um parcelamento dos valores, o Centro Administrativo reafirma que chegou ao limite financeiro. A greve começa a enfrentar desgaste e o sindicato da categoria já recebe pressões de pais de alunos e de professores.

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 5/6/11
Assunto: Vestibular de inverno - Provas neste domingo		Página: 36

VESTIBULAR DE INVERNO

Provas neste domingo

Mais de sete mil candidatas enfrentam, neste domingo, o vestibular vocacionado de inverno da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), um dos mais concorridos do Estado. As provas serão pela manhã (matemática, biologia, história, língua estrangeira e conhecimentos gerais de Santa Catarina) e à tarde (português, física, química e geografia). As questões e os gabaritos serão liberados a partir das 19h30min, no www.vestibular.udesc.br. A divulga-

ção dos aprovados deve acontecer até o dia 20 de junho. A segunda fase, em 3 de julho, também será em duas etapas: de manhã e à tarde, com provas de redação e conhecimento específico.

São 1.320 vagas, em 32 cursos, em Florianópolis, Balneário Camboriú, Joinville, Chapecó, Lages, Ibirama, Laguna e São Bento do Sul. O curso mais concorrido é o recém-lançado Engenharia do Petróleo com 20,58 candidatos por vaga. Fisioterapia está em segundo, com 17,13.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 4/6/11
Assunto: Udesc no Meio-Oeste ainda sem definição		Página: 36

Udesc no Meio-Oeste ainda sem definição

Criação do campus depende de maior repasse do Estado à universidade

DAISY TROMBETTA

A criação de um campus da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) na região Meio-Oeste depende principalmente do aumento do repasse do governo à entidade. Para o projeto se tornar realidade, o percentual de 2,10% de toda a receita catarinense que vai para a Udesc teria que saltar para 2,15% (o valor em reais não foi informado).

Esse aumento depende de aprovação na Assembleia Legislativa e também do governador Raimundo Colombo. Enquanto isso não ocorre, duas cidades continuam na disputa pelo campus. Por critérios técnicos, Joaçaba e Caçador seriam as mais favoráveis para receber a universidade pública. Mesmo sob pressão de diversas entidades e figuras políticas, a reitoria da Udesc continua afirmando que ainda não há definição sobre a cidade que deve sediar o campus nem sobre os cursos que serão oferecidos. E muito menos prazo para que o projeto saia do papel.

ODIVAN CARGNIN
Presidente da Acioc

“O Meio-Oeste está fora do eixo de desenvolvimento e precisa de estímulos. Caso contrário, passaremos por um período de depressão econômica. A Udesc teria papel fundamental.”

Embora os dois municípios do Meio-Oeste já tenham atendido aos critérios e oferecido contrapartidas, a decisão depende principalmente do aumento do repasse do Governo do Estado à universidade.

No meio do fogo cruzado e com pouca noção das conversas de bastidores, a população espera por uma decisão benéfica aos futuros universitários. Principalmente os que não têm condições de desembolsar mensalidades em instituições particulares.

Para o presidente da Associação Comercial de Industrial do Oeste Catarinense (Acioc), Odivan Cargnin, o

mais importante é levar em conta os interesses da região. Segundo ele, o campus é de toda a região Meio-Oeste e não apenas de uma cidade. Cursos nas áreas de tecnologia e saúde seriam a demanda.

– O Meio-Oeste está fora do eixo de desenvolvimento do Estado e precisa de estímulos. Caso contrário, passaremos por um período de depressão econômica. A Udesc teria papel fundamental na mudança dessa realidade.

A região é a única que não conta com um campus da Udesc. Oito municípios da região estavam na disputa pela unidade. No final de 2009, uma reunião em Lages, na Serra, teria dado a Joaçaba o primeiro lugar na análise de alguns critérios. A cidade ficou com 93,33%, seguida de Videira, 89,33% e Caçador, 86,67%.

Quesitos como sustentabilidade (infraestrutura), localização geográfica, número de alunos de ensino médio na região e o valor do índice de desenvolvimento humano (IDH) fizeram parte das avaliações comandadas pela Comissão de Expansão da Udesc.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 6/6/11
Assunto: UFSC Servidores devem parar		Página: 21

Servidores devem parar

Os servidores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) devem entrar em greve a partir de hoje. Uma assembleia, às 9h, em frente à reitoria, vai debater o assunto e definir os passos da categoria.

A greve foi decidida em plenária da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras (Fasubra), em Brasília, no dia primeiro. Em 26 de maio, os servidores da UFSC já tinham aprovado indicativo de paralisação. Entre as principais reivindicações estão o reajuste salarial, o reposicio-

namento de aposentados, a mudança no anexo que prevê incentivos de qualificação e a abertura imediata de concursos públicos para a substituição da mão de obra terceirizada.

O restaurante universitário deve parar as atividades na terça-feira, segundo o coordenador geral do Sindicato dos Trabalhadores da UFSC (Sintufsc), Celso Ramos Martins.

Amanhã, haverá uma reunião, em Brasília, entre representantes da Fasubra, o secretário da Educação Superior, Luiz Cláudio Costa, e o secretário de recursos humanos do Ministério do Planejamento, Duvanier Paiva Pereira.

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 6/6/11
Assunto: Vestibular da Udesc: 9,48% de abstenções		Página: 21

Vestibular da Udesc: 9,48% de abstenções



JESSÉ GOTTI

O vestibular de inverno da Udesc encerrou, ontem, a aplicação das provas da primeira fase. Dos 7.437 inscritos, 9,48% não compareceram, segundo a coordenação do vestibular. Os candidatos responderam questões de conhecimentos gerais do Ensino Médio.

O estudante André Andrade, de 19 anos, veio de São Paulo para prestar o vestibular de Agronomia:

– As questões foram bem formuladas, fora do convencional – disse.

A lista dos aprovados para a segunda fase (que será dia 3 julho, com prova de redação e conhecimento específico) sairá até dia 22 de junho. O gabarito de ontem está no site www.vestibular.udesc.br.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Cidade	Data: 06/06/11
Assunto: Vestibular reúne 6.740 candidatos		Página: 05

UDESC

Vestibular reúne 6.740 candidatos

FLORIANÓPOLIS – Um total de 6.740 candidatos realizaram as provas do vestibular vocacionado de inverno da Udesc (Universidade do Estado de Santa Catarina), realizadas em oito cidades catarinenses. Eles disputaram por 1.320 vagas em 32 cursos. Outros 705 candidatos não compareceram, e o índice de abstenção de 9,48% foi considerado normal pela coordenadora do vestibular da Udesc, Rosângela de Souza Machado.

Os gabaritos e as provas da primeira fase estão disponíveis desde as 19h30 de ontem, no site da universidade – www.vestibular.udesc.br. Ainda segundo a coordenadora, os candidatos poderão interpor recursos até terça-feira.

A divulgação dos aprovados para a segunda fase deve acontecer até o dia 20 de junho. As provas da segunda fase acontecem dia 3 de julho, e também serão divididas em duas etapas: das 9h às 12h30 e das 15h às 18h30, com prova de redação e conhecimento específico.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 4/6/11
Assunto: Sete mil no vestibular amanhã		Página: 24

SELEÇÃO NA UDESC

Sete mil no vestibular amanhã

As provas da primeira fase do vestibular vocacionado de inverno da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) começam neste domingo.

São 7.445 candidatos, disputando 1.320 vagas em 32 cursos, em Florianópolis, Balneário Camboriú, Joinville, Chapecó, Lages, Ibirama, Laguna e São Bento do Sul. As provas terão questões de conhecimentos gerais do ensino médio. O curso mais concorrido é o recém-lançado Engenharia do Petróleo, com 20,58 candidatos por vaga. Fisioterapia está em segundo, com 17,13. Medicina Veterinária tem 15,83; Engenharia Civil, 13,28; e Administração Noturno, 11,08. Os locais de prova podem ser confirmados no www.vestibular.udesc.br.

A primeira etapa da primeira fase será das 9h às 12h30min de domingo. São 60 questões objetivas divididas em 15 (cada) para matemática e biologia, e 10 para história, língua estrangeira (inglês ou espanhol), conhecimentos sobre Santa Catarina. A segunda etapa, das 15h às 18h30min, também será objetiva, com 60 questões. Serão 20 de português, 15 de física, 15 de química e 10 de geografia.

As provas completas e os gabaritos serão liberados no domingo, às 19h30min, no site da instituição. A divulgação dos aprovados para a segunda fase acontece até 20 de junho. A segunda fase, em 3 de julho, terá redação e conhecimento específico.

Serviço

- **Acompanhamento** – A coordenação-geral do vestibular da Udesc será centralizada em Florianópolis e contará com o departamento jurídico da universidade para dar assistência aos coordenadores dos locais de provas.
- **Tempo limite** – A coordenação do vestibular pede que os candidatos cheguem com 30 minutos de antecedência aos locais. Os portões dos locais de provas ficam abertos das 8h às 8h30min e das 14h às 14h50min. Após este horário, ninguém entra.
- **O que levar** – Documento de identidade em bom estado e a caneta esferográfica em material transparente com tinta na cor azul ou preta.
- **Não é permitido** – Telefone celular, relógio, boné, chapéu, óculos escuros, calculadora, aparelho eletrônico.
- **Transporte** – Em Florianópolis, onde concentra-se o maior número de candidatos, haverá ônibus extras.
- **Segurança** – Haverá equipe dentro e fora dos locais de prova. A PM estará presente desde o acompanhamento das provas até a presença externa nos locais para agilizar o acesso dos candidatos. Haverá detector de metais e rastreador eletrônico de sinal.

General 24 4/6



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Cidade	Data: 04 e 05/06/11
Assunto: Escolas têm prazo para adaptação		Página: 07

ACESSIBILIDADE

Escolas têm prazo para adaptação

FLORIANÓPOLIS — Barreiras que crianças com necessidades especiais enfrentam para estudar muitas vezes as levam ao abandono escolar. As dificuldades de acesso fizeram com que o Ministério Público de Santa Catarina, em parceria com a Prefeitura de Florianópolis e outras instituições, firmassem medidas para que em um prazo máximo de dez anos todas as escolas do Estado estejam adaptadas com acessibilidade.

De acordo com o secretário do

Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano da Capital, José Carlos Rauem, as instituições de ensino terão que se adaptar aos 12 itens que caracterizam condições de acessibilidade. O promotor da 30ª Promotoria de Justiça, Alexandre Herculano, lembra que até o fim deste ano, as instituições precisam apresentar cronograma para reformas. Para poder acompanhar as mudanças, a Instrução Normativa dividiu as adaptações em estágios. Selos, de um a três, definem o ní-

vel das adaptações. Novas escolas deverão estar adaptadas para entrar em funcionamento.

Para o presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Vergílio Bremm, atualmente os avanços são poucos. “Para os deficientes físicos, a rede municipal ainda está mais adaptada. Mas na questão dos deficientes visuais e auditivos temos algumas na rede municipal, nenhuma na rede estadual e são raras entre as particulares” (**Mônica Foltran**).



CLIPPING

Veículo: Nota 10	Editoria: Brasil	Data: 6/6/11
Assunto: Escolas terão R\$ 100 milhões para melhorar acessibilidade		Página: online

Escolas terão R\$ 100 milhões para melhorar acessibilidade

Apenas 20% das escolas públicas de educação básica atendem critérios de acessibilidade a estudantes com deficiência. Dados do Censo Escolar de 2010 apontam quase 500 mil desses estudantes matriculados em unidades de ensino regular. Para adequá-las às necessidades dos alunos, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) vai repassar recursos de R\$ 100 milhões a 3.433 municípios.

Os recursos destinam-se, prioritariamente, à promoção da acessibilidade arquitetônica de 12.165 mil escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal. Podem ser aplicados, também, na aquisição de itens como cadeiras de rodas ou softwares específicos. “Trata-se de um apoio que a União oferece aos sistemas de ensino” disse a diretora de políticas de educação especial do Ministério da Educação, Martinha Clarete. “Apoio esse que está previsto em lei.”

A iniciativa tem o apoio do programa Escola Acessível. Este ano, serão atendidas as escolas que receberam sala de recursos multifuncionais em 2009 e registraram matrícula de estudantes com deficiência no Censo de 2010. Cada unidade de ensino pode receber recursos que vão de R\$ 6 mil a R\$ 9 mil, de acordo com o número de alunos. O dinheiro pode ser usado na aquisição de material para a construção de rampas, alargamento de portas, adequação de corredores, sanitários, bibliotecas e quadras de esportes. “Os estudantes com deficiência devem ter acesso a todas as dependências da escola”, ponderou a diretora.

A Escola Inclusiva faz parte do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), que reduz a burocracia na transferência de recursos. Para recebê-los, as escolas devem elaborar plano de ações, a ser submetido à aprovação das secretarias de educação, observados os critérios e normas gerais de acessibilidade nas obras.

O repasse de recursos pelo FNDE às unidades de ensino está normatizado na Resolução n.º 27, de 2 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União da última sexta-feira (3), seção 1 página 51.



CLIPPING

Veículo: Nota 10	Editoria: Brasil	Data: 6/6/11
Assunto: Secretarias de educação têm repasses de R\$ 266,1 milhões		Página: online

Secretarias de educação têm repasses de R\$ 266,1 milhões

Recursos de R\$ 266,1 milhões foram liberados para as secretarias de educação do Distrito Federal, estados e municípios, referentes à quarta parcela do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). O orçamento do Pnae para 2011 é de R\$ 3,1 bilhões, com previsão de atendimento a 45,6 milhões de estudantes da educação básica.

A transferência de recursos do governo federal para a alimentação escolar é feita em dez parcelas mensais, a partir de fevereiro de cada ano, para a cobertura de 200 dias letivos. Cada parcela corresponde a 20 dias de aula. Do total de recursos, 70% destinam-se à compra de produtos alimentícios básicos — semi-elaborados e in natura.

O valor da transferência é calculado com base em R\$ 0,30 a cada dia letivo por aluno matriculado em turmas de pré-escola, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos. Para creches, escolas indígenas e quilombolas o cálculo é de R\$ 0,60 por estudante. No caso das escolas de educação integral vinculadas ao programa Mais Educação, de R\$ 0,90.

O valor específico enviado a cada secretaria pode ser consultado na [página eletrônica](#) do



CLIPPING

Veículo: Nota 10	Editoria: Brasil	Data: 6/6/11
Assunto: Manual com orientações para realização do Enade já pode ser consultado		Página: online

Manual com orientações para realização do Enade já pode ser consultado

Os envolvidos na realização do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) de 2011 já podem consultar o manual com as orientações técnicas para a organização e realização das provas, marcadas 6 de novembro, em todo o país. A publicação contém recomendações a dirigentes de instituições de educação superior, coordenadores de cursos e estudantes.

Para providenciar a participação no Enade deste ano, as instituições de educação superior devem indicar os cursos de graduação com base no enquadramento em áreas de abrangência do exame. Em 2011, serão avaliados 26 cursos. O enquadramento, pela internet, caberá ao procurador educacional institucional, indicado pela própria instituição de ensino, e deve ser feito a partir de hoje (6).

A inscrição dos estudantes, em duas etapas, como nas edições passadas, também fica sob a responsabilidade das instituições. No período de 20 a 30 próximos, serão inscritos os estudantes em situação irregular — deveriam ter feito as provas em anos anteriores, mas não foram inscritos ou não as fizeram sem ter pedido dispensa. O desempenho desse grupo não será considerado para o cálculo do conceito Enade — o conceito varia de 1 a 5 e avalia, de forma conjunta, o desempenho dos alunos ingressantes e concluintes. A inscrição dos ingressantes e concluintes dos cursos avaliados em 2011 está marcada para o período de 18 de julho a 19 de agosto.

Assim como a inscrição, a divulgação dos inscritos no Enade 2011 deve ser feita pelas próprias instituições. A partir deste ano, no entanto, os estudantes habilitados devem verificar a situação da inscrição na página eletrônica do Inep, entre os dias 22 e 31 de agosto. Caso encontre erro, o estudante deve notificar a instituição de ensino até 31 de agosto.

Questionário — Os inscritos no Enade de 2011 responderão o Questionário do Estudante, que estará disponível na página do Inep de 7 de outubro a 6 de novembro.

Este ano, serão avaliados estudantes dos cursos de bacharelado em arquitetura e urbanismo e engenharia; de bacharelado ou licenciatura em biologia, ciências sociais, computação, filosofia, física, geografia, história, letras, matemática e química; de licenciatura em pedagogia, educação física, artes visuais e música; de tecnólogo em alimentos, construção de edifícios, automação industrial, gestão da produção industrial, manutenção industrial, processos químicos, fabricação mecânica, análise e desenvolvimento de sistemas, redes de computadores e saneamento ambiental.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – site: <http://www.sed.sc.gov.br>
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - e-mail: imprensa@sed.sc.gov.br; Contato:32216161

O enquadramento dos cursos, pelo procurador educacional institucional indicado pela instituição de ensino superior será feito na página eletrônica do Enade. O manual do exame está disponível para download.



CLIPPING

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Vida	Data: 05/06/11
Assunto: Brasileiros criam curso de Direito a distância nos EUA, em português		Página: Online

Brasileiros criam curso de Direito a distância nos EUA, em português

O American College of Brazilian Studies (Ambra) tem 300 alunos matriculados, 90% deles residentes no Brasil. O MEC, que não autoriza curso de Direito a distância, diz que diploma não será reconhecido; Ambra assegura que há meio legal de validá-lo

Dois engenheiros brasileiros, em parceria com uma advogada americana, abriram uma faculdade nos EUA para oferecer um curso de Direito ministrado 100% a distância, totalmente em português, voltado para o público brasileiro.

O Ministério da Educação (MEC) - que na quinta-feira anunciou o corte de 11 mil vagas em 136 cursos de Direito presenciais com notas baixas nas últimas avaliações - considera o curso dos EUA "livre", diz que não vale como graduação e que os diplomas não serão revalidados.

No Brasil, não há nenhum bacharelado de Direito a distância autorizado. Duas instituições tentaram obter o registro, mas tiveram o pedido negado - a legislação exige polos presenciais para atividades semestrais.

Além disso, a Ordem dos Advogados (OAB) do Brasil é contra a oferta de cursos a distância, pois não há segurança sobre a participação do aluno na aula nem garantia da qualidade do ensino. "A graduação tem de ser presencial. Eventualmente, uma especialização pode ser feita a distância", diz Marcus Vinícius Coelho, secretário-geral da OAB.

A faculdade surgiu em 2008, com o nome de Brazilian Law International College (Blic). Em 2010, passou a se chamar American College of Brazilian Studies (Ambra). Hoje, possui pelo menos 300 alunos matriculados - 90% deles moram no Brasil e querem revalidar o diploma aqui. Outros cerca de mil estão matriculados e inadimplentes. Não podem assistir às aulas.

O diretor executivo da Ambra, Francisco de Assis da Silva Neto, diz que cogitou abrir o curso a distância no Brasil, mas considerou o investimento inviável. "A exigência de polos presenciais torna a educação a distância sem alcance", diz. "Além disso, a comunidade de brasileiros nos EUA é imensa." Silva Neto conta que a grade de disciplinas foi pensada detalhadamente. "Nos inspiramos na Universidade de São Paulo (USP), na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e na Universidade de Brasília (UnB). São 60 disciplinas e a mesma carga horária do Brasil."

O ex-ministro da Educação Carlos Alberto Chiarelli diz que o MEC está correto em exigir atividades presenciais para evitar fraudes. "É preciso ter o mínimo de conhecimento sobre o aluno matriculado. Se não fosse assim, não haveria segurança de que foi aquele aluno que fez o curso."



Diploma. A principal dúvida dos alunos é sobre a revalidação do diploma no Brasil - o estudante formado pela Ambra recebe um diploma válido apenas em território americano.

A instituição não promete a revalidação abertamente, mas afirma que é possível fazer o processo em universidades públicas sem a interferência do MEC. Para facilitar o processo, a Ambra firmou parcerias com duas universidades estaduais: a de Roraima e a do Vale do Acaraú (CE).

"Se o curso é reconhecido em seu país de origem (*nos EUA*), os casos são avaliados individualmente por professores que comparam a grade, a carga horária. Tivemos o cuidado de oferecer um curso com correspondência curricular", afirma Neto.

Mas não é assim que a OAB vê a situação. "É improvável que o MEC permita a revalidação. Se o governo não autoriza cursos de Direito a distância no Brasil, como aceitará a revalidação de um diploma emitido no exterior?", diz Coelho.

Luciano Sathler, do comitê de qualidade da Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed), também acha difícil que a revalidação ocorra. "Não é um processo simples e as universidades não são obrigadas a revalidar. Uma situação dessas é ruim porque não colabora para o fortalecimento da área."

PARA ENTENDER

A maioria dos estudantes da Ambra tem mais de 30 anos e 90% deles moram no Brasil. A primeira turma deve se formar em 2013. O aluno deve cursar de três a dez disciplinas por semestre - cada disciplina custa US\$ 399 por semestre (cerca de R\$ 647).



CLIPPING

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Notas e Informações	Data: 05/06/11
Assunto: A educação e o lucro das estatais		Página: A3

A educação e o lucro das estatais

Em busca de novas fontes de recursos para o setor educacional, os 27 deputados da comissão especial responsável pelo projeto do novo Plano Nacional de Educação (PNE) começarão a discutir, nos próximos dias, uma emenda que destina 5% do lucro líquido das empresas vinculadas à União para investimentos em transporte escolar, instalação de laboratórios de informática, laboratórios de ciências, construção de bibliotecas e compra de livros. Segundo os levantamentos mais atualizados do Ministério do Planejamento, em 2009 as mais de cem empresas estatais sob controle da União tiveram um lucro líquido consolidado de R\$ 56,115 bilhões.

A proposta foi apresentada na última terça-feira pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação – entidade que reúne cerca de 200 movimentos sociais, organizações não governamentais, fundações e grupos universitários – e foi bem recebida pelos membros da comissão. Segundo eles, como o crescimento dos gastos com educação deixou os municípios e os Estados sem recursos para investir em outras áreas, agora seria a hora de obrigar a União a financiar a infraestrutura da rede escolar pública, principalmente nas regiões mais pobres, onde os indicadores educacionais são muito ruins e o gasto anual por aluno é baixo, em comparação com as regiões mais ricas.

Uma das metas do Plano Na-

cional de Educação é elevar progressivamente os investimentos públicos em educação a até 7% do Produto Interno Bruto, até 2020.

Hoje, o gasto corresponde a 5%. As entidades do setor reivindicam 10% – pretensão que os Ministérios da Fazenda e do Planejamento consideram irrealista. Para a equipe econômica do governo, 7% do PIB já seriam suficientes para modernizar o sistema educacional e os recursos viriam com o aumento da arrecadação da União – tese contestada pelas ONGs da área educacional e pela maioria dos deputados que integram a comis-

Não é com o dinheiro das empresas estatais que o ensino público pode melhorar

.....
são especial que examina o Plano Nacional de Educação.

Segundo essas entidades e esses parlamentares, a proposta que destina para a educação 5% do lucro líquido das estatais federais colocaria a União, os Estados e os municípios numa “posição de equidade”, em termos de financiamento educacional – além de atribuir novas “responsabilidades estratégicas” para a administração indireta. As entidades também afirmam que, se uma parte do lucro das empresas públicas controladas pela União já é destinada para compor o superávit primário, nada impediria que outra parte fosse repassada ao ensino público.

Essa pretensão, contudo, esbarra em dois graves obstáculos. O primeiro é de natureza

jurídica. Como as estatais já pagam Imposto de Renda e recolhem a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a obrigatoriedade de repassar 5% do lucro líquido para a educação configuraria mais uma tributação com base num mesmo fato gerador – o que é expressamente proibido pela Constituição.

Além disso, muitas empresas vinculadas à União são sociedades de economia mista e várias têm capital aberto. Têm, portanto, suas decisões submetidas à apreciação de conselhos de acionistas, precisam destinar parte do lucro para compor reserva patrimonial, são obrigadas a distribuir dividendos e têm de se adequar às exigências da Lei das Sociedades Anônimas. Outras estatais, contudo, têm seu capital integralmente controlado pelo poder público. Dada essa multiplicidade de formatos jurídicos nas empresas vinculadas à União, a imposição a todas elas do repasse de 5% do lucro líquido para o setor educacional acabaria sendo questionada judicialmente.

O segundo obstáculo a essa proposta é de natureza política. Nos últimos anos, ficou evidente que os problemas da educação pública não decorrem da escassez de recursos, mas, acima de tudo, da maneira como os recursos disponíveis são gastos.

As últimas trapalhadas do MEC – as confusões com o Enem, o controvertido kit anti-homofobia e a aquisição de livros didáticos que enfatizam a pedagogia da ignorância, admitindo que “é certo falar errado” – são prova disso.



CLIPPING

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Vida	Data: 05/06/11
Assunto: MEC gasta R\$ 13,6 milhões com 7 milhões de livros para 'ensinar' que $10-7=4$		Página: A26

MEC gasta R\$ 13,6 mi com 7 milhões de livros para 'ensinar' que $10-7=4$

Marta Salomon
Denise Madueño
BRASÍLIA

O Ministério da Educação pagou R\$ 13,6 milhões para ensinar que dez menos sete é igual a quatro a alunos de escolas públicas da zona rural do País. No segundo semestre do ano passado foram distribuídos com erros graves 200 mil unidades da coleção Escola Ativa, destinada às classes que reúnem alunos de várias séries diferentes.

Ao todo, foram impressos 7 milhões de livros – cada coleção Escola Ativa contém 35 volumes. Os erros foram detectados no início do ano, e um grupo de especialistas contratados pelo ministério julgou que eles eram tão graves, tão grosseiros e tão numerosos que não bastava divulgar uma errata à coleção.

Os livros com erros foram distribuídos a 39.732 classes multisseriadas da zona rural, presentes em 3.109 municípios de todos os Estados do País. Segundo publicação do MEC, essas classes atendem 1,3 milhão de alunos.

Provocado pelo Estado, o ministro da Educação, Fernando Haddad, pediu à Controladoria-Geral da República (CGU) a abertura de sindicância para apurar o tamanho do prejuízo e os responsáveis por ele. Ao mesmo tempo, mandou uma carta aos coordenadores de escolas

da zona rural recomendando que os livros da coleção Escola Ativa não sejam usados em sala de aula. A coleção foi retirada do ar na internet.

“O número de erros é razoável, isso não se resolve com errata”, disse Haddad ontem ao Estado. A reportagem buscava informações do MEC sobre o destino da coleção desde segunda-feira.

“Houve uma falha de revisão, essa revisão foi muito malfeita”, admitiu o ministro, insistindo que se trata de um material de apoio às classes multisseriadas no campo. “A interrupção da utilização não comprometerá o ensino, porque esse é um material de uso opcional”, completou.

A última versão da coleção Escola Ativa teve a impressão encomendada à gráfica e editora Posigraf, de Curitiba. Segundo registro no Portal da Transparência, site mantido pela Controladoria-Geral da União, o trabalho custou aos cofres públicos exatos R\$ 13.608.033,33.

O dinheiro seria suficiente para a construção de 36 escolas de educação infantil, segundo cálculo usado recentemente pelo próprio ministério. As 200 mil coleções foram impressas e distribuídas no segundo semestre do ano passado, sem que percebessem as falhas na edição.

Erros primários. O MEC informou não ter toda a coleção dispo-

nível para a consulta em Brasília. Mas, entre os exemplos que condenaram a edição, os erros de matemática são os mais notáveis. Na página 29 do guia 4 de matemática, a Escola Ativa convida os alunos a fazer descobertas com números, na companhia dos personagens Joana e Pedro. A página apresenta uma tabela que mostra $10-7=4$.

A página 138 do guia 3, também de matemática, apresenta tabelas de adição e subtração para que os alunos confirmem os resultados de operações com números entre 9 e 18. Nas tabelas da Escola Ativa, o aluno da zona rural aprende que $16-8=6$ e $16-7=5$.

A pedido do MEC, a Controladoria-Geral da República deve abrir sindicância nesta segunda-feira para investigar o caso. O secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do MEC à época da contratação era André Lázaro, atual secretário executivo da Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Na segunda-feira ele disse que a coleção ficara indisponível “para pequenas correções”. Ontem, Lázaro pediu demissão.

● Distribuição

3.109

municípios de todo o País receberam, no ano passado, a coleção Escola Ativa, que contém graves erros de matemática



CLIPPING

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Vida	Data: 05/06/11
Assunto: Senadora quer que Haddad explique livros com erros		Página: A31

Senadora quer que Haddad explique livros com erros

Coleção Escola Ativa, entregue para alunos de colégios rurais no ano passado, afirma que $10 - 7 = 4$

Rafael Moraes Moura | BRASÍLIA

Após a polêmica do kit anti-homofobia e da discussão do “nós pega o peixe” do livro *Por uma vida melhor*, o ministro da Educação, Fernando Haddad, deve ser convocado para dar explicações ao Senado sobre o último episódio envolvendo a pasta – o guia de matemática que ensina que $10 - 7 = 4$ e $16 - 8 = 6$.

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) deve apresentar requerimento à Comissão de Educação da Casa para que Haddad dê explicações sobre os livros com erros distribuídos a mais de 39 mil classes da zona rural pelo programa Escola Ativa.

Os erros foram detectados no início do ano e um grupo de especialistas julgou que eles eram tão graves que não bastava divulgar uma errata à coleção. A pedido do MEC, a Controladoria-Geral da República deve abrir sindicância para investigar o caso. “São erros básicos, grosseiros”, criticou Serrano. “A ideia que passa é que há um problema de gestão no MEC, embora o ministro não

admita. O contribuinte brasileiro está pagando por esses erros.”

O secretário executivo de Direitos Humanos, André Lázaro, entregou na sexta-feira uma carta de demissão em que alega “motivos pessoais”. Lázaro era o chefe da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) quando foi feita a edição e distribuição dos livros com erros. Nos próximos dias deve haver uma reunião do ministério com os coordenadores do programa Escola Ativa para definir como o problema será contornado, sem que os exemplares sejam desperdiçados.

Para Daniel Cara, coordenador da Campanha Nacional pelo

Direito à Educação, o erro é imperdoável. “O MEC e os governos estaduais precisam melhorar os mecanismos de controle de qualidade”, disse.

Distribuição. A assessoria do MEC informou ontem que até agora foram encontrados erros em 5 dos 35 livros que compõem a coleção Escola Ativa. Como foram distribuídas 200 mil coleções, haveria erros em pelo menos 1 milhão de exemplares.

Os livros, que foram entregues no segundo semestre de 2010, eram destinados a turmas multisseriadas, que reúnem em uma só classe alunos da 1ª à 4ª série. Segundo registro no Portal da Transparência, site mantido pela Controladoria-Geral da União, o trabalho custou aos cofres públicos R\$ 13,6 milhões.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Brasil	Data: 04 e 05/06/11
Assunto: Liberado o livro de Monteiro Lobato		Página: 10

EDUCAÇÃO

Liberado o livro de Monteiro Lobato

BRASÍLIA — O CNE (Conselho Nacional de Educação) decidiu rever seu parecer sobre o livro "Caçadas de Pedrinho", de Monteiro Lobato, e passou a recomendar a contextualização histórica das obras literárias abordadas na escola.

O texto aprovado pelo conselho em outubro de 2010 recomendava ou que o MEC não distribuisse a obra a escolas públicas ou que as editoras inserissem no livro uma "nota explicativa" sobre suposto teor racista.

A preocupação era, principalmente, com passagens relativas à

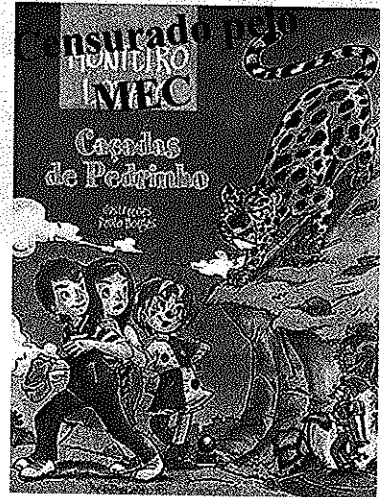
personagem Tia Nastácia, como no trecho "Tia Nastácia, esquecida dos seus numerosos reumatismos, trepou, que nem uma macaca de carvão". A medida sugerida pelo conselho teve repercussão negativa entre educadores e o ministro Fernando Haddad (Educação) acabou pedindo ao CNE que revisse o texto.



LIVRES

O texto também ressalta que não se deve vetar acesso dos estudantes a nenhum livro

Agora, a nova versão aprovada pelo CNE afirma que é importante que a escola faça uma "contextualização" dos autores e dos livros, especialmente aqueles produzidos em período em que pouco se falava em preconceito racial.



Literatura. Estudantes de todo o Brasil agora poderão ter acesso à obra clássica de Monteiro Lobato, que estava censurada



CLIPPING

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Vida	Data: 05/06/11
Assunto: Desempenho de escolas no campo é inferior à média		Página: A26

Desempenho de escolas no campo é inferior à média

Pesquisa mostra que os alunos de escolas rurais têm nota 18% menor em matemática e 6% menor em português

BRASÍLIA

Destino da coleção Escola Ativa e seus erros, as escolas da zona rural já apresentam desempenho inferior à média nacional. Uma pesquisa encomendada pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) no ano passado apontou que o desempenho em matemática era 18% inferior à média; em português, 6% abaixo da média.

Junto com o baixo desempenho, a pesquisa também encontrou condições precárias nas escolas do campo: a maioria dispõe apenas de quadro negro e giz como recurso pedagógico. Computadores, por exemplo, inexistem em 66% das escolas da amostra pesquisada.

O MEC reconhece que a educação no campo é um problema. Os professores têm qualificação menor e salários inferiores aos da área urbana.

Dos 311 mil profissionais nas

escolas do campo, no ensino fundamental e médio, a maioria (57,1%) não tem formação superior. A situação é mais complicada nas Regiões Norte e Nordeste do País.

Idade. É no descompasso entre idade e série que a educação no campo mostra seu aspecto mais frágil. Nos primeiros anos do ensino fundamental, 38,9% dos alunos não estão na série correspondente às suas idades. Nos anos finais do ensino fundamental, a distorção alcança 51% das crianças que se mantêm nas escolas. A distorção no ensino médio chega a 55,8% dos que chegam a essa etapa.

De acordo com o estudo do MEC, 23,3% da população de 15 anos ou mais era analfabeta. “Ressalta-se que a taxa de analfabetismo mensurada não inclui os analfabetos funcionais, o que aumentaria esse índice”, avalia o ministério.

Baixa escolaridade. Uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostrou que o número médio de anos de estudo da população de 15 anos ou mais que vive no campo não atingiu a escolaridade obrigatória. Essa média é de 4,5 anos, contra 7,8 anos de escolaridade registrados nas cidades. /M.S.